

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

O Tribunal Marítimo não faz parte do Poder Judiciário, tendo funções meramente administrativas. Sua criação deve-se a fato ocorrido em 1930 no Rio de Janeiro. Um vapor alemão de nome *Badem* ao deixar irregularmente o porto foi metralhado tendo vários de seus marinheiros feridos. Na Alemanha, um Tribunal Marítimo decidiu que se houve por parte do comandante precipitação, houve também por parte das nossas fortalezas, negligência e precipitação ao atirar na embarcação.

Tal fato alertou nossas autoridades para a necessidade de termos também um Tribunal Marítimo, que julgasse especificamente as coisas do mar, o que efetivamente ocorreu em 5 de julho de 1934, quando o Decreto-lei 24.585 regulamentou a sua criação.

A principal razão do Tribunal Marítimo vem sendo contribuir para a segurança da navegação, estabelecendo circunstâncias relevantes de cada acidente julgado, perscrutando os fatores que lhe deram origem, publicando suas causas e fazendo recomendações às autoridades marítimas no sentido de prevenir novos acidentes.

Outra área de atuação é a de registro, seja de propriedades marítimas quanto a de ônus que incidem sobre nossas embarcações e sobre os armadores brasileiros.

O Tribunal Marítimo está localizado no Rio de Janeiro, com jurisdição em todo o território nacional, é um órgão autônomo, auxiliar do Poder Judiciário, vinculado ao Ministério da Marinha. Tem como atribuições julgar os acidentes e fatos da navegação marítima, fluvial e lacustre, bem como manter os registros das propriedades marítimas. É órgão do Poder Executivo, com autonomia limitada na forma da lei, julgando causas sob suas

alçadas ocorridas em todo o território nacional, não importando a nacionalidade da embarcação envolvida.

O Tribunal Marítimo é formado por 7 (sete) juízes, sendo um presidente no posto de Oficial-General (Vice-Almirante, Contra-Almirante ou Almirante de Esquadra) do Corpo da Armada, da Ativa ou da Reserva Remunerada, dois Juízes Militares Oficiais de Marinha da Reserva Remunerada, e quatro juízes civis, bacharéis em Direito.

As decisões emanadas do Tribunal Marítimo não geram nenhum tipo de vínculo obrigacional entre as partes litigantes, uma vez que as soluções limitam-se ao âmbito técnico e administrativo, tornando necessário que a questão seja resolvida na esfera do Judiciário, o que leva as questões a uma jurisdição e competência limitada e concorrente com outros tribunais, detentores do verdadeiro poder jurisdicional, uma vez que o Tribunal Marítimo não dispõe de meios suficientes para uma condenação, como, por exemplo, um ato de indisciplina que leva a um fato criminoso e deve ser julgado na justiça comum.

A competência do Tribunal Marítimo estabelece-se como competência administrativa exclusiva quando são verificados fatos ligados exclusivamente à navegação, sem qualquer repercussão na esfera do Direito Administrativo, Civil, Comercial, Criminal, Trabalhista e outros, podendo ser interposto recurso contra a sanção aplicada, perante juízo federal competente para reexaminar suas decisões administrativas, e competência concorrente, quando a causa versa, em extensão, aos aspectos da natureza civil, comercial, criminal, trabalhista ou outros interesses conexos, ficando o Tribunal Marítimo restrito à matéria de sua competência e atribuição, concorrendo, no mais, com outro órgão do Judiciário.

Até chegarmos ao assunto específico do nosso trabalho, abordaremos assuntos relacionados ao Direito marítimo de forma genérica, como os contratos marítimos (Ex. seguro, frete), os tipos de embarcações e os profissionais que nelas atuam, os acidentes que podem ocorrer, arresto e seqüestro de navios, etc.

Discutiremos se a função meramente administrativa exercida pelo Tribunal Marítimo é a mais correta, ou se deveria ter ele autonomia jurisdicional, com suas decisões valendo como verdadeiras sentenças.

1.2 Questão/questões norteadoras da pesquisa

As decisões do Tribunal Marítimo, sendo órgão vinculado ao Ministério da Marinha, têm autonomia limitada na forma da lei.

Funcionando como órgão auxiliar do Poder Judiciário, o Tribunal Marítimo exerce a função judicante nas matérias de sua competência, sem qualquer vinculação, uma vez que suas decisões são administrativas, podendo ser reformadas pela justiça comum, Federal, Estadual ou Especial, gerando, porém, um conflito de jurisdição e competência concorrente, no que tange à apreciação da matéria, qual seja o julgamento administrativo dos fatos e acidentes da navegação, conforme prescrito em lei.

As decisões emanadas do Tribunal Marítimo não geram nenhum tipo de vínculo obrigacional entre as partes litigantes, uma vez que as soluções limitam-se ao âmbito técnico e administrativo, tornando necessário que a questão seja resolvida na esfera do Judiciário, o que leva as questões a uma jurisdição e competência limitada e concorrente com outros tribunais, detentores do verdadeiro poder jurisdicional, uma vez que o Tribunal Marítimo não dispõe de meios suficientes para uma condenação, como, por exemplo, um ato de indisciplina que leva a um fato criminoso e deve ser julgado na justiça comum.

No trabalho que apresentaremos, passaremos por todas as áreas que de alguma forma estão envolvidas com o Direito Marítimo, quais sejam:

- a) características e fontes do Direito Marítimo;

- b) mar territorial, águas sob jurisdição nacional, zona contígua e zona econômica exclusiva;
- c) embarcações e navios: classificação, tipos, tonelagens, registros;
- d) tripulação;
- e) acidentes da navegação: naufrágio, encalhe, arribada, borrascada, abalroamento e colisões, abandono de navio, etc;
- f) contratos marítimos: fretamentos marítimos, conhecimento marítimo, seguro;
- g) o arresto e o seqüestro de embarcações.

Chegados a este ponto perguntamos se o sistema que ora encontramos no que concerne aos julgados dos fatos marítimos, está apresentado de forma adequada, ou se teríamos a possibilidade de apresentar outra visão da situação presente. Afinal, a justiça trabalhista é uma forma especializada e independente de justiça.

1.2 Objetivos da pesquisa

Como já dissemos anteriormente, o Tribunal Marítimo é um órgão autônomo vinculado ao Ministério da Marinha, tendo função auxiliar do Poder judiciário. Com isso, apesar de exercer a função judicante nas matérias de sua competência, não há qualquer vinculação, uma vez que suas decisões são apenas administrativas, podendo ser reformadas pela justiça comum, seja esta Federal, Estadual ou Especial.

O objetivo desta pesquisa é justamente discutir se nosso sistema é o mais adequado, ou se ao contrário, deveria o Tribunal Marítimo ser um órgão independente, autônomo em suas decisões, e não concorrente como hoje se apresenta.

1.3 Justificativa da investigação

O tema escolhido para ser desenvolvido como Projeto de Pesquisa e Monografia de final de curso, derivou de uma paixão pessoal, aliada à observação da falta de maiores informações sobre o assunto no decorrer do período acadêmico.

Inicialmente, definimos que o assunto seria o Direito Marítimo, e dentro deste assunto, o tema a ser abordado, Direito Marítimo: a importância e a eficácia das decisões do Tribunal Marítimo no poder judiciário.

Infelizmente, a Faculdade de Direito da Universidade Estácio de Sá não oferece em seu currículo, nenhuma matéria que sequer aborde aspectos relacionados ao direito das coisas do mar.

Num país como o nosso, em que a navegação costeira é de vital importância em decorrência do imenso litoral que possuímos, e em que temos uma região em que o transporte fluvial é praticamente o único meio de transporte, como a região norte, esse ramo do direito tem que obrigatoriamente ser tratado com especial atenção.

A busca da melhor prestação jurisdicional tem sido uma constante não só do Poder Judiciário, como da sociedade de modo geral.

A busca de uma forma mais efetiva de aplicar a prestação jurisdicional levou a que tivéssemos o Direito dividido da forma que hoje o conhecemos, ou seja: os dois grandes ramos: do direito público e privado com suas sub-divisões: direito civil, penal, eleitoral, trabalhista etc. Quando falamos em direito comercial temos as hoje chamadas varas empresariais, especializadas no assunto.

Também em nome desta busca, o Poder Legislativo vem aprovando novos e modernos institutos jurídicos que acompanhem os nossos tempos fazendo com que a justiça esteja cada vez mais próxima do cidadão, como o Código de Defesa do Consumidor, a Ação Civil

Pública, e os Juizados Especiais nas suas diversas formas. Sem abrir mão do sagrado direito de ampla defesa, inclusive mantendo em todas as formas o 2º grau de jurisdição, estes institutos agilizaram em muito que a justiça seja efetivamente prestada, e nestes casos, a pressa é fundamental para manutenção da paz social.

Da mesma forma, o Código de Processo Civil vem sofrendo constantes alterações, como ocorrido por último através da Lei nº 10.444 de 2002, sempre em busca de uma justiça mais rápida e efetiva.

Dentro deste contexto, discutiremos não só a importância das decisões do Tribunal Marítimo para o judiciário, sua eficácia, e também se não é chegada hora de darmos a ele um pouco de autonomia, servindo suas decisões como verdadeiras sentenças de primeiro grau.

Apenas como ilustração, Victor Hugo, assumindo uma posição definitiva neste assunto, pontificou que “no mundo há três tipos de homens: os vivos, os mortos e os que navegam. Só aos homens do mar é que deve ser dada a capacidade de julgar as decisões tomadas no mar, por quem vive no mar.” Tentaremos concluir se ele tinha ou não razão.

2 EMBASAMENTO TEORICO

Fazer o embasamento teórico, constituiu um grande desafio deste trabalho. Como já dissemos anteriormente, o Tribunal Marítimo é órgão administrativo, não gerando as suas decisões vinculo obrigacional entre as partes, o que logicamente diminui em muito o seu poder de coerção sobre as pessoas e fatos julgados sob sua competência. Suas decisões podem ser acatadas pelas partes, se assim forem suas vontades, porem não há absolutamente nada que as façam acolher seus julgados. Talvez, em função disto, possamos entender que tão poucos tenham se interessado sobre o tema, do que decorre a dificuldade extrema de se encontrar na literatura jurídica, bibliografia especifica.

Difícil foi encontrarmos material abordando o Direito Marítimo e seus variados aspectos. Matéria com pouquíssima possibilidade de ver surgir situações novas ou fatos que possibilitem o desenvolvimento de novas teorias ou doutrinas, como normalmente encontramos no direito civil, penal e comercial, por exemplo, tão ricos em situações novas que influem diária e constantemente na vida do cidadão comum, o Direito Marítimo encontra-se relegado a segundo plano no estudo jurídico nacional.

Ao tratarmos do Tribunal Marítimo, particularmente, surpreendemo-nos com o fato de não encontrarmos sequer um trabalho específico sobre o tema. A pouca literatura disponível, foi encontrada inserida em livros que abordam matéria genérica sobre o direito marítimo, mesmo assim, toda ela apenas trata burocraticamente o assunto, qual seja, dão informações sobre sua história, composição, competência, questões abordadas e julgados.

As próprias bibliotecas específicas como as da Marinha e Escola Naval, são extremamente deficientes.

De toda literatura encontrada, sem dúvida a mais interessante, diríamos até a mais importante referência para quem deseja conhecer o assunto, trata-se do livro *Teoria e prática do direito marítimo*, de autoria de Carla Adriana Comitre Gilbertoni.¹

Em nenhuma bibliografia, encontramos sequer uma linha que abordasse a questão dos julgados do Tribunal Marítimo não terem eficácia por si só, e foi justamente isto que nos atraiu a debater questão tão relevante no nosso entender.

A única fonte que nos propiciou algum material foram artigos esparsos, sempre de autoria de ex-integrantes do Tribunal Marítimo, que se dispuseram a levantar a questão, mesmo assim, nenhum deles se dispôs a discutir se o atual sistema é o ideal ou deveria ser modificado.

Neste caso encontramos o ex-procurador do Tribunal Marítimo Moacir José Malheiros, cujo pensamento escrito, em função da inexplicável deficiência das bibliotecas que tratam do assunto, tivemos extrema dificuldade em conseguir.²

Foram importantes fontes de pesquisa, as obras da defensora pública da União Luciene Strada de Oliveira³ e do Vice-Almirante Mario Augusto de Camargo Ozório, ex-presidente do Tribunal Marítimo.⁴

Segundo raciocínio de Moacir Malheiros, um acórdão do Tribunal Marítimo equivale a um título extra-judicial, uma vez que possui os requisitos atribuídos a este, segundo o art. 586 do Código de processo civil, daí poder ser diretamente executado junto à justiça comum, dispensando desta forma a formação de um processo de conhecimento.⁵ Acontece, que a justiça comum não se encontra preparada para decisões que envolvam assuntos relacionados

¹ GILBERTONI, Carla Adriane Comitre. *Teoria e prática do direito marítimo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

² MALHEIROS, Moacir José. *ADV: advocacia dinâmica: boletim informativo semanal*, v. 20, n. 7, p. 114-112, fev. 2000.

³ OLIVEIRA, Luciene Strada de. O Tribunal Marítimo e seu papel no mundo jurídico. *Revista de Direito da Defensoria Pública*, v. 9, n. 11, p. 229-233, dez. 1997.

⁴ OZORIO, Mario Augusto de Camargo. Informações sobre o Tribunal Marítimo. Disponível em: <<http://www.dpc.mar.mil.br/informativomaritimo/abr01>>. Acesso em: 31 maio 2003.

⁵ MALHEIROS, Moacir José. A necessidade do Tribunal Marítimo. *Revista Marítima Brasileira*, local da edição, v. 119, n. 4/6, p. 89-93, abr./jun. 1999.

ao direito marítimo, daí, se não houver fatos que levem a desconstituição do acórdão do Tribunal Marítimo por detectarmos nele algum tipo de vício ou defeito, o que levaria a ingressar com ação anulatória na Justiça federal, por ser o Tribunal Marítimo parte na ação, o que ocorre é que a justiça estadual caminha, de forma quase uníssona, para a confirmação do julgado no Tribunal Marítimo, daí a importância de discutirmos a importância da eficácia dos seus julgados, incluindo aí inclusive a discussão das vantagens de tornar o Tribunal Marítimo, autônomo, e ao invés de apenas apurar responsabilidades por acidentes e fatos da navegação, aplicando sanções administrativas, exercendo verdadeira função jurisdicional.

Dessa forma, informar o que já foi escrito sobre o tema, torna-se trabalho incompleto, uma vez que ninguém abordou diretamente o tema que desejamos ver discutido. Poucos trataram da relevância do Tribunal Marítimo, e pouquíssimos sobre a eficácia das suas decisões.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Pedro Demo ensina que "embora a metodologia não deva ser supervalorizada, por ser apenas uma disciplina instrumental, desempenha papel decisivo na formação do cientista, à medida que o faz consciente de seus limites e de suas possibilidades."⁶ Sendo assim, passamos a estabelecer, ainda que brevemente, nosso processo de pesquisa.

3.1 Tipo de pesquisa

A natureza desta pesquisa é bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica, pois como salienta Eduardo de Oliveira Leite, no campo jurídico, “pesquisa bibliográfica é o método por excelência de que dispõe o pesquisador, sem com isso esgotar as outras manifestações metodológicas.”⁷ Documental, pois não se pode bem fundamentar um trabalho jurídico sem a apresentação das leis ou decisões jurisprudenciais que regem o tema. A pesquisa de campo é selecionada, porque a opinião direta dos profissionais da área muito contribuirá para o enriquecimento de nosso trabalho.

3.2 As fontes de pesquisa

Como fontes de pesquisa pretendemos consultar a doutrina, através das obras nacionais a respeito do tema, a fim de desvendar qual o raciocínio jurídico inserido nos textos de autores reconhecidos nesta área. Consultaremos, também, a legislação existente, e que deu origem à criação do Tribunal Marítimo, com suas alterações no decorrer do tempo,

⁶ DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1981, p. 13.

⁷ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Monografia jurídica*. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 59.

particularmente a Lei 2.180 de 1954 com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.578 de 19 de dezembro de 1997. Da mesma forma, torna-se relevante perscrutar a jurisprudência, como fonte de pesquisa ao caso concreto frente aos Tribunais nacionais.

3.3 Os instrumentos de coleta de dados

O instrumento que usaremos neste trabalho será a entrevista, pretendendo-se contatar profissionais da área, tais quais os advogados que militem especificamente com o direito marítimo, e pessoas que compõem o Tribunal Marítimo, no afã de obter dados para o enriquecimento de nosso trabalho.

3.4 A análise dos dados

Como as informações coletadas, serão provenientes, especialmente, da doutrina jurídica, faremos uma leitura que entendemos reflexiva e interpretativa, no sentido de buscar a formulação de um pensamento crítico para a forma com que se ora se apresenta a justiça marítima, e a possibilidade de sugerirmos alterações.

3.5 Bibliotecas visitadas

Para realização deste trabalho, foram visitadas todas as bibliotecas especializadas da Marinha, e algumas outras que pudessem conter o material procurado. Para a realização da monografia propriamente dita, ainda serão consultadas as bibliotecas do Exército e da Procuradoria Militar, particularmente, bem como a Biblioteca Nacional. Com relação às

varias bibliotecas da Universidade Estácio de Sá, são passíveis de busca através de conexão on-line de uma delas, o que foi feito a partir do campus Tom Jobim.

- 1 Biblioteca do Fórum Central do Estado do Rio de Janeiro
- 2 Biblioteca da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
- 3 Biblioteca do Clube Naval
- 4 Biblioteca da Marinha
- 5 Biblioteca do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- 6 Biblioteca da Universidade Estácio de Sá. Campus Tom Jobim

Achamos relevante anunciar que tivemos acesso a todo o material que listamos no item da bibliografia básica, permanecendo este a nossa disposição até que seja dado por finalizado o trabalho objeto deste Projeto.

3.6 Outros recursos

Como recurso adicional, e fundamental de pesquisa hoje em dia, foi utilizada a Internet, através dos seguintes sites:

Biblioteca da Marinha: <<http://www.biblioteca.sdm.mar.mil.br>>

Biblioteca Nacional: <<http://www.bn.br>>

Capitania dos Portos do Rio do Janeiro: <<http://www.cpaor.mar.mil.br>>

Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar: <<http://www.profpito.com/ciaba>>

Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha: <<http://www.dpc.mar.mil.br>>

Escola Naval: <<http://www.escolanaval.mar.mil.br>>

Ministério da Marinha: <<http://www.mar.mil.br>>

Serviço de Documentação da Marinha: <<http://www.sdm.mar.mil.br>>

Tribunal Marítimo: <<http://www.tm.mar.mil.br>>

4 CRONOGRAMA

- a) levantamento bibliográfico: 15 mar. 2003 a 30 abr. 2003
- b) coleta de dados: 15 mar. 2003 a 30 abr. 2003
- c) análise dos dados: 10 abr. 2003 a 30 abr. 2003
- d) redação provisória: 12 abr. 2003 a 20 maio 2003
- e) redação definitiva: 20 maio 2003 a 28 maio 2003
- f) revisão: 28 maio 2003 a 3 jun. 2003
- g) entrega projeto: 18 jun. 2003

5 REFERENCIAS

- ANJOS, J. Harold dos. *Curso de direito marítimo*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional de Oficiais de Náutica da Marinha Mercante, 1980.
- CHEROUES, Sergio. *Dicionário do mar*. São Paulo: Globo, 1999.
- GILBERTONI, Carla Adriane Comitre. *Teoria e pratica do direito marítimo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- GUSMÃO, Paulo Dourado. *Introdução ao estudo de direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- LACERDA, J. C. Sampaio de. *Direito marítimo: curso de Direito Privado da Navegação*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1969.
- LANARI, Flávia de Vasconcelos. *Direito marítimo: contratos e responsabilidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- MARQUES, Fernando Jose. *Direito do seguro marítimo: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: FEMAR, 1998.
- MOURA Geraldo Bezerra. *Direito da navegação em comercio exterior*. São Paulo: Aduaneiras, 1991.
- SILVA, De Plácido e. *Curso de direito comercial*. Curitiba: Guaira, 1954.
- SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- TAVARES, Jose Edvaldo. *Leis marítimas remissivas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977.

6 ANEXOS

Aqui incluiremos leis que entendemos fundamentais para a plena compreensão deste trabalho, bem como a jurisprudência que, mesmo importante, não tenha sido inserida em nenhum assunto específico no decorrer do trabalho.